timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XI PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 109 FEVEREIRO 1995

À ESPERA DA SENTENÇA

Portugal pôs em causa o tratado entre a Austrália e a Indonésia para a exploração das riquezas do Mar de Timor. E já conseguiu alguns resultados.

Situado entre a costa sul de Timor Leste e a costa noroeste da Austrália, o Mar de Timor é hoje considerado uma das áreas do globo mais ricas em petróleo - reservas estimadas em 5 biliões de barris, o que o coloca em 23º lugar na lista dos maiores campos petrolíferos mundiais - e em gás natural - reservas avaliadas em 1,5 triliões de metros cúbicos.

Quando a Indonésia e a Austrália acordaram, em 1971-72, as suas fronteiras marítimas, excluíram a área a sul de Timor Leste, então sob soberania portuguesa. Apesar das diligências na época, Camberra não conseguiu chegar a um acordo semelhante com Lisboa.

A invasão e ocupação de Timor pela Indonésia veio alterar radicalmente este quadro. O reconhecimento *de jure* da anexação pela Austrália, em Dezembro de 1978, foi o primeiro passo (visível) para que, 11 anos depois, o governo trabalhista australiano assinasse com Jacarta um tratado para a exploração conjunta e a partilha das riquezas do Mar de Timor, naquilo que foi então considerado como uma "*solução imaginativa e inovadora*" entre os dois países.

Nos termos desse tratado, a área de 62.000 Km² situada a meio caminho entre Timor Leste e a Austrália foi dividida em três zonas: a zona A, vulgarmente designada por ZOCA (*Zone of Cooperation A*), a ser explorada conjuntamente pelos dois países; a zona B (a mais próxima da costa australiana) e a zona C (junto a Timor Leste) a serem exploradas, respectivamente, por Camberra e por Jacarta, com cada uma das partes a dar à outra uma quota sobre os rendimentos da exploração da sua zona.

Em 1991, baseado no seu estatuto de potência administrante de Timor Leste - reconhecido pela ONU - o Estado português recorreu ao Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) em Haia para pôr em causa a validade daquele tratado.

AUTO-DETERMINAÇÃO: O CENTRO DO COMBATE

Em 23 de Janeiro de 1995 o TIJ deu início às audições no que alguns consideram ser "*um dos mais importantes casos do direito internacional nos últimos anos*" (*Financial Times*, 30/1/95).

A equipa portuguesa, formado pelo embaixador de Portugal em Haia, António Cascais, e pelos juristas José Manuel Sérvulo Correia e Miguel Galvão Teles, contou ainda com a participação do professor de Direito da Universidade de Paris Pierre-Marie Dupuy e a professora de Direito da Universidade de Londres Rosalyn Higgins.

O eixo central da alegação de Lisboa assentou no facto de Timor Leste ser considerado pelas Nações Unidas um território não-autónomo a quem ainda não foi dada a oportunidade de exercer o seu direito à auto-determinação. A Austrália estaria assim a partilhar com a Indonésia recursos que esta obteve ilegalmente, já que a ONU não reconhece "*nenhuma aquisição territorial ou vantagem especial obtida por meio do uso da força*". A Austrália seria pois um receptor de "*bens roubados*" pelo que o tratado deveria ser considerado nulo e de nenhum efeito e Camberra deveria pagar uma indemnização.

Para a equipa australiana, este era um caso artificial pois a verdadeira disputa de Portugal é com a Indonésia - "*naquilo que nos diz respeito, estarmos aqui é uma perda de tempo e de dinheiro*" disse Christopher Lamb, um dos conselheiros daquela equipa (*AFP*, 30/1/95) - e a Austrália só se encontrava ali presente pelo facto de Jacarta não reconhecer a jurisdição do TIJ.

Nas suas alegações, procuraram traçar uma fronteira entre o reconhecimento de soberanias sobre territórios e o reconhecimento dos direitos dos povos sujeitos a essas soberanias. O que significa que uma determinada opção feita de um lado desta fronteira não impede que se façam outras

neste número:

HAIA: À ESPERA DA SENTENÇA

ROMPER O CÍRCULO DO MEDO

SOLIDARIEDADE EUROPEIA

opções diferentes do outro lado dela.

Em entrevista à cadeia de radiodifusão *ABC* (8/1/95) o MNE Evans explicitaria: "*O que dizemos é que, embora reconheçamos a soberania indonésia sobre Timor Leste, também reconhecemos o direito do povo de Timor Leste à auto-determinação. Tal como no passado reconhecemos a soberania de Portugal mas também reconhecemos que os timorenses tinham direito à auto-determinação*".

De acordo com o *The Australian* (7/2/95), Evans teria apresentado numa reunião do governo uma proposta de estratégia visando dois objectivos: evitar ferir as "*susceptibilidades*" indonésias e evitar que o debate interno sobre a questão "*aquecesse*". O ministro teria entregue ao seu homólogo indonésio um documento resumindo a argumentação australiana e sublinhando que ela não representava uma mudança na política do seu país sobre a matéria. Evans propunha-se permanecer em estreito contacto com o governo indonésio enquanto durassem os trabalhos do TIJ.

PENA SUSPENSA

A importância da decisão que vier a ser tomada pelos 15 juízes do Tribunal é sublinhada pela importância das descobertas recentes nas pesquisas que têm vindo a ser feitas.

De acordo com a *Reuter*, entre 1985 e 1993 foram feitas 80 perfurações no Mar de Timor, todas infrutíferas. Só em Março de 94 a *BHP - Broken Hill Petroleum* conseguiu uma perfuração com uma produção de 5.800 barris/dia (bpd), a que se seguiram uma segunda e uma terceira, respectivamente com 6.080 bpd e 8.100 bpd. E em Setembro a *Woodside Petroleum* descobriu um poço que se estima ter 200 milhões de barris de petróleo.

Entretanto, cerca de 11 companhias - entre as quais a *USX Marathon Oil*, a *Royal Dutch Shell*, a *Chevron*, a *BHP*, a *Philips Petroleum* e a *Woodside Petroleum* - têm previsto efectuar 45 perfurações nas zonas A e B (a zona C é reconhecidamente de exploração mais dispendiosa atendendo à sua profundidade e ao perfil do fundo do mar). Se as previsões se confirmarem, a exploração petrolífera do Mar de Timor pode triplicar as actuais reservas australianas e evitar que a Indonésia se torne um importador de petróleo por volta do ano 2.000.

As empresas concessionárias têm-se mostrado parcas em declarações públicas. Alguns observadores chamaram, porém, a atenção para o facto de que aquelas empresas não teriam investido as somas que investiram - perto de 3 milhões de dólares, segundo a *Australian Petroleum Exploration Association* (*ABC Radio*, 31/1/95) - se não tivessem a certeza de que o investimento era seguro. Mas outros especialistas acreditam que se Portugal ganhar a causa o governo australiano e as companhias petrolíferas ficarão numa situação, no mínimo, embaraçosa.

Na verdade, o título de exploração nem sempre foi uma garantia segura no passado. Antes da assinatura do presente tratado, a Austrália concedeu a algumas empresas licenças de exploração - o mesmo acontecendo com as autoridades portuguesas que outorgaram uma para a zona sob a sua administração - licenças que depois de Dezembro de 1989 lhes foram retiradas. Uma dessas empresas, a *Western Mining*, pôs uma acção contra o governo de Camberra exigindo uma indemnização, acção que ganhou (*Financial Times*, 30/1/95).

A derrota da Austrália terá fortes implicações pois tornará as autorizações de exploração concedidas pela *Australian-Indonesian Joint Authority* de efeito nulo. A continuação das prospecções terá riscos para as companhias que o fizerem pois poderão ser processadas judicialmente.

Neste quadro, o regime de Jacarta, embora não se sentando no Tribunal, irá ser o principal "réu" pois será sobre ele que cairão as maiores pressões para que seja encontrada, rapidamente, uma saída - internacionalmente aceitável - para o problema de Timor Leste.

As declarações do MNE Evans à saída do seu encontro em Jacarta com Ali Alatas são disso um exemplo. Na ocasião, Evans, embora reiterando mais uma vez que aquele era um problema interno da Indonésia, foi sugerindo que as autoridades de Jacarta deveriam conceder "*algum tipo de estatuto de autonomia política*" e dar "*passos que vão de encontro às necessidades e expectativas da juventude timorense*" (*Voice of America*, 21/1/95). A diplomacia portuguesa averba pontos a favor da sua causa.

ROMPER O CIRCULO DO MEDO

Nos últimos tempos assistiu-se a um recrudescimento generalizado da violência em Timor Leste. Mas se a violência do colonizador não se exprimiu de modo particularmente inovador - se exceptuarmos o recurso "a céu aberto" dos *ninjas* - o mesmo já não se poderá dizer da reacção dos colonizados. Em três meses, muita coisa parece ter mudado em Timor.

Um primeiro sinal desta mudança foram os acontecimentos ocorridos em Novembro do ano passado em Díli a que se seguiu, em Janeiro, Baucau. Ambos tiveram o mesmo ponto de partida - a morte de um comerciante timorense por um transmigrante de Sulawesi - e a mesma forma de expressão - uma explosão de cólera colectiva que se traduziu na destruição dos haveres dos colonos indonésios, levando muitos a abandonar o território.

Um segundo sinal surgiu aquando do assassinato, em 12 de Janeiro, de 6 aldeões timorenses pelo exército indonésio. Um despacho de Díli da agência *Reuter* dá conta do relato de uma testemunha ocular, que pediu para não ser identificado, e que se encontrava junto dos que foram executados. Segundo ela, os soldados teriam morto primeiro o gado e depois atacado a casa onde os timorenses se escondiam. "*Os meus amigos morreram no ataque. Um soldado dirigiu-se então para a casa para me matar mas consegui fugir depois de o ter esfaqueado*", contou ela. E acrescentou: "*Estou disposto a testemunhar perante a Comissão Indonésia dos Direitos Humanos e o Conselho Militar. Mas a minha vida tem de ser protegida*" (*Reuter*, 13/2/95). O círculo de medo em que as forças de ocupação quiseram fechar cada timorense, começa a romper-se.

Finalmente, o terceiro sinal de mudança do estado de consciência da população timorense veio ao de cima aquando da irupção dos chamados *ninjas*. Face à acção destes bandos, organizados e enquadrados pelo aparelho militar indonésio, os habitantes dos bairros de Díli mais flagelados pela violência destes responderam criando grupos de auto-defesa - os vigilantes - que asseguraram um mínimo de protecção às populações.

SOLIDARIEDADE DISCUTE CAMINHOS

Reunidas em Bruxelas, 25 organizações prepararam o seu programa de solidariedade para com Timor Leste

O Encontro Europeu de Solidariedade com Timor Leste, realizado em Bruxelas de 27 a 29 de Janeiro, constituiu uma ocasião privilegiada para o debate político e a troca de experiências entre activistas de toda a Europa. O balanço que os vários grupos aí fizeram da actividade desenvolvida e das frentes de trabalho que se perfilam, abre boas perspectivas de acção futura. Momento alto foi, naturalmente, a leitura da mensagem enviada por Xanana Gusmão aos presentes.

UM MOVIMENTO PUJANTE

Uma das provas do dinamismo que a causa timorense tem vindo a ganhar foi o elevado número de participantes no Encontro. Naquela que foi a mais concorrida reunião dos últimos anos, estiveram, em média, presentes no decurso das sessões cerca de 50 activistas provenientes de 13 países da Europa e do Japão, em representação de 25 organizações. Algumas destas participavam pela primeira vez, como era o caso das da Noruega, Finlândia e da Irlanda do Norte.

Comparativamente com as reuniões anteriores, foi visível o aumento do nível de especialização dos debates (menos generalistas, mais informados e direccionados), o que obrigou à organização das sessões por grupos de trabalho temáticos. As propostas finais do Encontro acabaram, aliás, por ser o corolário das conclusões desses grupos. O relato das experiências das várias organizações deu também conta do impulso que a questão tem vindo a viver em toda a Europa.

TIMOR LESTE, A FLECHA ENVENENADA

A análise da situação em Timor Leste e na Indonésia, ponto da agenda que contou com a contribuição dos representantes das organizações nacionalistas timorenses presentes (CNRM, UDT e Renetil), permitiu avançar com interessantes pistas de trabalho.

No que diz respeito a Timor Leste, foi referido o alargamento da oposição à presença indonésia no território a sectores tradicionalmente pró-integracionistas, o que propiciou o surgimento de novos actores timorenses (académicos, deputados, membros da Administração Pública), com objectivos próprios. Também a repressão tem adoptado novas formas, das quais a mais notada é o recurso aos *ninjas* nas áreas urbanas, enquadrados pelos militares em organizações de tipo mafioso, à semelhança do que se passou na Indonésia nos anos 80 com os esquadrões da morte.

O movimento democrático na Indonésia foi descrito como vibrante, embora ainda incapaz de acções públicas de grande envergadura (o ex-comandante militar de Jacarta, general Priono, teria dito ao activista de Direitos Humanos Princen a esse propósito: "*Se saírem 5 mil manifestantes, matamo-vos, se saírem 500 mil juntamo-nos a vocês*"). O movimento laboral parece estar presentemente a tornar-se na força mais dinâmica de mudança social.

Foi sublinhada a interconexão crescente das lutas em Timor Leste e na Indonésia. Três teses que começam a circular nos meios intelectuais indonésios, associando as duas situações, são de que Timor Leste nunca foi parte da Indonésia, de que Timor Leste é uma flecha envenenada no corpo da Indonésia e de que a Indonésia só será uma democracia quando Timor Leste for livre. Há também diversos exemplos práticos desta interligação, como sejam o crescente número de ONG indonésias que passaram a incluir Timor Leste nas suas preocupações e o facto de existirem já dois grupos conjuntos de activistas timorenses e indonésios, o *Joint Committee* e o *Committee for Referendum.*

PROGRAMA DE ACÇÃO PARA 1995

Uma das propostas de trabalho consistiu em explorar a perspectiva indonésia da ocupação de Timor Leste e dos custos dessa guerra, na linha de que Timor é o Vietname da Indonésia e Santa Cruz é o seu My Lai. Activistas indonésios serão convidados a participar no próximo Encontro de Solidariedade e noutras actividades a propósito dos 20 anos da invasão (a que poderão, eventualmente, ser associadas viúvas de militares indonésios mortos em combate).

Os vários *fora* internacionais deste ano foram passados em revista: Comissão de Direitos Humanos (Fevereiro), tendo em vista pressionar no sentido da ida de mais Relatores ou Grupos de Trabalho ao território; Comissão de Descolonização (Agosto), de forma a garantir uma boa participação de peticionários nos trabalhos; Conferência da ONU de Pequim (Setembro), com o objectivo de assegurar a ida de mulheres timorenses à Conferência de ONG e à Conferência intergovernamental. Foi apoiada uma proposta no sentido de assinalar semestralmente a nova presidência da U.E. com manifestações ou audiências nas embaixadas dos países-membros que assumam a presidência.

A vertente anti-militarista da questão, muito viva em diversos países, levou também a concentrar a atenção nos 3 grandes negócios de vendas de armas à Indonésia, em curso na Europa: caças *Hawk*, tanques *Scorpion* e 150 mil espingardas automáticas austríacas. O assunto deverá ser levantado em duas conferências sobre comércio de armas, uma de ONG europeias e outra do Parlamento Europeu (ambas em Maio).

Outra frente de trabalho foi a chamada "campanha dos aniversários": em 1995 cumprem-se 50 anos da independência da Indonésia, 30 da subida de Suharto ao poder e 20 da invasão de Timor Leste. O dia da invasão, 7 de Dezembro, será assinalado conjuntamente a nível internacional pelos grupos de solidariedade, com edição de material específico («T-shirt», cartazes e "logo"). Foi também considerado prioritário o lançamento de campanhas em favor da libertação dos presos políticos na Indonésia e em Timor Leste e pelo fim da transmigração de indonésios para Timor Leste.

INDONÉSIA: DESAFIAR A REPRESSÃO

Embora ao longo de 1994 a repressão sobre a sociedade civil

indonésia se tenha agravado, nem por isso esta deu menos provas de vitalidade.

Em Janeiro, em resposta ao recurso interposto pelos advogados de Mochtar Pakpahan, dirigente da associação sindical independente SBSI, o Supremo Tribunal agravou-lhe a pena em mais um ano, sem adiantar razões para tal, depois de em Novembro um tribunal da Sumatra do Norte o ter condenado a três anos de prisão por "*incitamento à desordem*".

Esta decisão provocou de imediato reacções de protesto por parte de organizações sindicais internacionais, assim como de alguns países. A porta-voz da embaixada norte-americana em Jacarta, Pamela Smith, deplorou a decisão do Supremo. "*O caso Pakpahan é um elemento que tomaremos em conta na avaliação global sobre o respeito dos direitos dos trabalhadores na Indonésia*" (*AFP*, 30/1/95).

Os norte-americanos têm feito depender a continuação de Jacarta na lista dos países isentos do pagamento de direitos alfandegários nas exportações para os EUA (o GSP) do respeito pela legislação laboral aprovada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Também o conhecido académico George Aditjondro resolveu abandonar temporariamente o seu país e o lugar de professor na Universidade de Salatiga para leccionar na Austrália. "*Não estou a fugir*", disse. "*Preciso de tempo, de espaço e de liberdade*" (*Reuter*, 2/2/95). Aditjondro tem vindo a ser inquirido desde Outubro pelas autoridades sob a acusação de ter insultado o governo durante uma conferência que proferiu numa universidade indonésia.

A Universidade de Salatiga tem estado, aliás, em evidência pois além de George Aditjondro também um outro professor daquela universidade foi vítima da repressão. Trata-se do prof. Arief Budiman, que por se ter associado a várias acções de apoio à liberdade académica e ao movimento pró-democracia foi suspenso das suas funções. Um vasto movimento de solidariedade de académicos da Europa, EUA e Austrália está já em marcha. A escrita de cartas de protesto ao Reitor e a recolha de fundos para apoiar o prof. Budiman e o movimento de apoio que surgiu na Indonésia são algumas das suas iniciativas.

TIMOR LESTE: A "TERCEIRA FORÇA"

Uma das mais importantes mudanças ocorridas na sociedade

timorense durante 1994 foi a crescente erosão sofrida pela base social de apoio indonésia em Timor Leste. Ferida de morte pelo massacre de Santa Cruz, esta camada começou a acreditar que a pressão internacional e a incapacidade para lidar com a realidade timorense empurrariam o regime de Jacarta para a procura de um compromisso que abriria espaço para a intervenção de uma "terceira força". Nos últimos meses têm-se multiplicado as iniciativas deste sector, na procura e na criação de um espaço próprio, autónomo da omnipresente mão indonésia.

De acordo com as agências noticiosas, um grupo de destacadas personalidades da vida timorense apelou em Díli para que uma investigação por fontes independentes fosse feita aos últimos acontecimentos no território que, segundo eles, teriam semeado o medo entre a população local.

Apresentando-se como a Comissão de Paz, o grupo pediu para que a Amnistia Internacional e a Comissão Nacional dos Direitos do Homem indonésia, um organismo criado pelo governo de Jacarta, visitassem Timor Leste para que relatassem ao mundo o que se passa naquele território. "*Se a comunidade internacional ignorar o que tem acontecido, a população de Timor Leste sentir-se-à cada vez mais indefesa*", disse Mateus Lopes da Cruz, presidente daquela Comissão criada em Agosto do ano passado, aos jornalistas.

NOVA-ZELÂNDIA: OS 10% E OS 90%

Numa resolução aprovada unanimemente por todos os depu-

tados trabalhistas neo-zelandeses, o partido trabalhista na oposição apelou ao governo para abandonar a sua postura de "*diplomacia discreta*" para com a Indonésia caso se provem as alegações sobre a morte de seis civis timorenses pelo exército indonésio. Na resolução é igualmente solicitado ao governo que peça explicações ao governo de Jacarta sobre o sucedido e, a ser verdade que os timorenses foram executados por soldados indonésios, sejam suspensos os laços militares entre os dois países. Um mês antes, o chefe da Força Aérea indonésia tinha visitado a Nova-Zelândia para acordar a colaboração neste campo entre Jacarta e Wellington.

Reagindo a esta tomada de posição, o MNE Don McKinnon, declarou aos jornalistas que tinha pedido ao embaixador neo-zelandês em Jacarta para procurar esclarecer a questão e que o seu governo estava "*horrorizado*" pelos relatos chegados. Se os acontecimentos ocorreram como descrito, era "*trágico*", disse. Mas a Nova-Zelândia não tomaria nenhuma iniciativa precipitada ou unilateral em nenhuma área da política governamental para com a Indonésia. "*90% das nossas relações com a Indonésia são boas e deverão continuar a sê-lo. Como muitos outros países, estamos preocupados com os 10%, a administração de Timor Leste, e damos a conhecer as nossas posições quando é oportuno. Mas não deitamos fora 90% da nossa política por causa de problemas nos outros 10%.*" E saudou o Presidente Suharto pela sua intervenção na criação da comissão de inquérito sobre a morte dos 6 timorenses ...

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317